
Maria de Fátima Novaes Pires

Pós-doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas e Professora Adjunta no Departamento de História da Universidade do Estado da Bahia

e-mail: fatimapires90@hotmail.com

DANTAS, Mônica Duarte.

Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos.

São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007. 470p.

"Le bon historien ressemble à l'ogre de la légende. Là où il flaire la chair humaine, il sait que là est son gibier." Marc Bloch

A historiografia brasileira recebe com o livro "Fronteiras Movediças", de Mônica Dantas, uma contribuição valorosa e inconteste. A historiadora trata da comarca de Itapicuru (termos de Itapicuru e Soure) interessada em recuperar "a vida pregressa dos canudenses e seus ascendentes, originários de diversas regiões do Nordeste" (p. 21). Explica que "Itapicuru foi central na conjuntura específica do arraial de Canudos não apenas por ter sido foco de emigração, mas pelo próprio envolvimento dos fazendeiros na guerra" (p. 23). Também foi Itapicuru a "célula-mater e base política" de Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, um dos proprietários de maior proeminência política e econômica dos sertões baianos.

Antiga região da Bahia, Itapicuru é situada historicamente no mapa geral da Casa da Ponte, especificamente no morgado dos Guedes de Brito. A autora facilita a identificação da região com a apresentação de mapas e planta topográfica, enquanto gráficos e tabelas permitem que se acompanhem flutuações econômicas (preços de escravos, produtos agrícolas e gado), níveis de concentração da terra e contas de fazendeiros.

Amparada por fontes diversas, de onde extrai ricas passagens, Mônica Dantas traça um perfil abalizado da região durante o período oitocentista até a fundação do arraial de Canudos, em 1893. Inventários, autos criminais e cíveis, escrituras de terras, documentação eclesiástica, código de posturas, relatórios de presidente de província e documentos raros do acervo particular de Cícero Dantas Martins, foram cuidadosamente pesquisados. Esse acervo, assim como o do Barão de Caetité (José Antônio Gomes Neto), fornece indícios valiosos do intercâmbio comercial entre o sertão e a capital da província da Bahia. Ao modo de Licurgo Santos Filho (1956), em seu primoroso "Uma comunidade rural no Brasil antigo", a pesquisa aos livros de contas destes ricos proprietários contribui efetivamente para desmistificar narrativas simplificadoras que afirmavam o isolamento dos sertões, cuja economia supostamente destinava-se a suprir necessidades da capital da província e do Recôncavo.

À medida que avançamos na leitura do seu livro notamos que os propósitos iniciais de abordagem da vida pregressa dos seguidores do Conselheiro foram ampliados e ganharam outras dimensões. O que se nota é um denso estudo de situações de vida e relações sociais abordadas na dimensão do cotidiano e consideradas em suas mediações. Na "grande e diversificada província da Bahia", os variados segmentos sociais da comarca de Itapicuru são definidos e expressos através de quantificações sempre acompanhadas de análises qualitativas interessadas em interpretar o processo histórico que precedeu à formação do arraial de Canudos.

Os inventários oitocentistas - dos mais ricos aos mais pobres - foram criteriosamente pesquisados e permitiram à autora perscrutar diversos padrões de vida da população local. Com apurado tratamento metodoló-

gico a essas fontes analisa: "A fronteira entre os diferentes espólios era, por vezes, movediça; a posse de certo conjunto de bens não era, por um lado, garantia suficiente da manutenção da inserção socioeconômica dos descendentes e, por outro, a única, ou mesmo principal, forma de reconhecimento de um indivíduo na sociedade" (p. 81). Sabe-se que a compreensão da dinâmica socioeconômica do Nordeste é fundamental à análise da consolidação do povoado de Antônio Conselheiro, mas a abordagem oferecida pela autora ultrapassa às compreensões puramente econômicas para dar expressão às práticas sociais.

Ao analisar as condições de vida da população local, nos remete à compreensão de um sertão onde se articulavam desde escravos e pobres agregados a grandes fazendeiros. Passamos a conhecer pormenores da vida social de cativos, forros e ex-escravos; pessoas e grupos que emigraram para o arraial do Belo Monte, mas não somente... Tem-se, na verdade, uma criteriosa reconstituição de relações sociais, econômicas e políticas, urdidas nos sertões da Bahia durante o Oitocentos.

Impressiona o modo como recolhe informações aparentemente "invisíveis" para tratar das camadas mais pobres da população. Retira sutis passagens dos autos para revelar apoios necessários à sobrevivência: "No processo acerca da novilha roubada – surgido, segundo o denunciado, do ódio que lhe votava o proprietário de um escravo fugido **a quem ele protegera com seu silêncio** – também depôs uma testemunha que vivia de viagens" (p. 356, grifos nossos).

Com lentes voltadas para captar o que aparece somente nas "entrelinhas" da documentação, fala de "negros forros" e ex-escravos que "vagavam pelo sertão em busca de um pedaço de chão para arrendar, um serviço ocasional para algum vaqueiro ou mesmo um terreno de onde pudessem tirar o necessário para seu sustento" (p. 52).

Com metodologia apropriada, acompanha sistematicamente o acesso e a propriedade territorial de diversos grupos: roceiros, vaqueiros, agregados, pequenos sitiantes, médios e grandes fazendeiros, e depreende: "Fica [...] a curiosa constatação de que, até meados do século [XIX], na região de Itapicuru e entornos, o mercado formal de terras parecia muito mais acessível e ativo. É provável que a maior disponibilidade de terras (comparativamente ao tamanho da população) e a conseqüente possibilidade de apossamento estivesse no cerne da questão" (p. 337).

Destaca a mobilidade como parte integrante da vida social. Em algumas passagens do seu livro trata das dificuldades de manutenção de certas prerrogativas entre os médios fazendeiros: "A fluidez das fortunas, ou melhor, a dificuldade de se estabelecer em bases puramente materiais a inserção social dos indivíduos e de suas famílias, parece especialmente verdadeira no que tange ao terceiro grupo de inventários – cujos espólios, em média, equivaliam a pouco mais do dobro dos anteriores e apresentavam em torno de dez cativos" (p. 97). Evidencia situações de mobilidade entre pequenos sitiantes: "Para plantar a cana e mover a roda era essencial um certo número de escravos; ante a perda desse patrimônio e o significado do trabalho familiar na sociedade, o melhor era mudar de ramo de atividade" (*Idem*).

Assinalei, noutra oportunidade, que Mônica Dantas confirma as reflexões de Maria Odila L. S. Dias e Caio Prado Jr., ao indicar a constante inserção de populações em novas dinâmicas da vida social. Homens e mulheres aparecem em trânsito contínuo na busca da subsistência, seja

em áreas próximas, seja em partes mais longínquas de onde anteriormente moravam. Nessas áreas, freqüentemente contavam com auxílio mútuo sob a forma de mutirões e adjutórios: "Ainda que essa declaração não fosse verdadeira, ela deveria ser no mínimo verossímil, retratando uma situação comum à população, ou seja, a convivência e a ajuda mútua em atividades necessárias à sobrevivência cotidiana" (p. 341).

Ao tratar dos grandes fazendeiros, explicita novamente as flutuações presentes em negócios mais articulados às conjunturas e vicissitudes econômicas da província e do Império: "[...] há de se questionar se, de alguma maneira, ele [Cícero Dantas Martins] possuía uma situação privilegiada em relação a grande parte dos proprietários de engenhos. A resposta não é afirmativa, nem tampouco negativa: se em alguns aspectos ele se diferenciava muito, em outros, era apenas mais um (com os mesmos problemas). [...] não parecia ele imune aos reveses que afetavam a produção açucareira da província (p. 181-182)".

Outro grande mérito do seu livro está na inovadora abordagem do recorrente tema de Canudos. A direção de seus estudos extrapola a percepção daquele arraial como reduto de messianismo e do culto ao Conselheiro para desvendar os rótulos que recaíram sobre uma diversificada população tratada como "figuras passíveis de degola por um general republicano" (p. 438).

O percurso escolhido pela autora nos permite identificar situações sociais e ritmos econômicos de regiões da Bahia, principalmente daquelas pouco contempladas por uma historiografia mais atenta a Salvador e à sua hinterlândia. Neste sentido, o livro de Mônica Dantas também significa uma ruptura com antigas "fronteiras" historiográficas. Ao deslocarem o olhar de áreas tradicionalmente estudadas, o seu livro e a recente publicação de Bart Barickman (2003) contribuem para revelar além de proximidades entre os "vastos sertões baianos", quadros comparativos com regiões mais pobres do Recôncavo. À custa de pesquisas muito dedicadas, o sertão da Bahia passa a ocupar um outro espaço nos estudos históricos.

A densidade interpretativa do livro de Mônica Dantas resulta da articulação de vasta documentação, pesquisada com metodologia e opção teórica apropriadas, e de consistente interlocução bibliográfica. Transcende cânones e balizas tradicionais de abordagem do arraial de Canudos para nos oferecer um rico painel da vida pregressa dos diversos moradores do sertão do Itapicuru, muito zelosa e atenta ao consórcio entre a pesquisa e a reflexão. O seu livro nos dá uma lição do rigor, da disciplina e da vigilância requeridas em nosso ofício e amplia a convicção que a história é escrita pelo prisma das nossas inquietações presentes.